

ARQUIVOS, HISTÓRIA SOCIAL E HISTÓRIA DAS MULHERES

MARTHA ACKELSBURG

Tradução: Andréa Borghi Moreira Jacinto

Como pesquisadora, antes de ser arquivista, acredito ter aqui dois papéis. Por um lado, fui convidada a falar sobre o uso de arquivos em minha pesquisa; por outro, fui convidada a falar sobre outro arquivo - bastante diferente dos aqui representados - localizado em minha instituição de origem: a Coleção Sophia Smith/Arquivo da História das Mulheres, no Smith College em Massachusetts.

Nosso arquivo celebrou recentemente seu 50º aniversário (foi fundado em 1942). Recebeu o nome da fundadora da faculdade, Sophia Smith, cujo objetivo (no estabelecimento da faculdade, em 1875) era oferecer para mulheres jovens uma educação universitária equivalente ao melhor então disponível aos homens. Atualmente, a Coleção Sophia Smith possui vários milhões de itens, especialmente materiais relacionados à história das mulheres nos Estados Unidos, do final do século XVII até o presente. Ela possui também várias "coleções internacionais", com materiais sobre controle de natalidade (especialmente os registros da Planned Parenthood International) e reforma social. Sua força particular está nas áreas de controle de natalidade, reforma social, profissões e vida da classe média na Nova Inglaterra do século XIX.

O acervo da coleção pode ser dividido em três categorias amplas: coleções de manuscritos individuais, registros organizacionais e coleções temáticas.

1. As coleções de manuscritos doados por mulheres ou famílias constituem o maior conjunto de acervos do Arquivo. Entre aqueles mais relevantes aos historiadores do trabalho estão os documentos de Ellen Gates Stan (que fundou com Jane Addams a Hul House, a primeira casa de assistência social nos Estados Unidos, em Chicago, Illinois); de Ella Reeve Bloor (uma organizadora trabalhista socialista, que participou das

Martha Ackelsberg

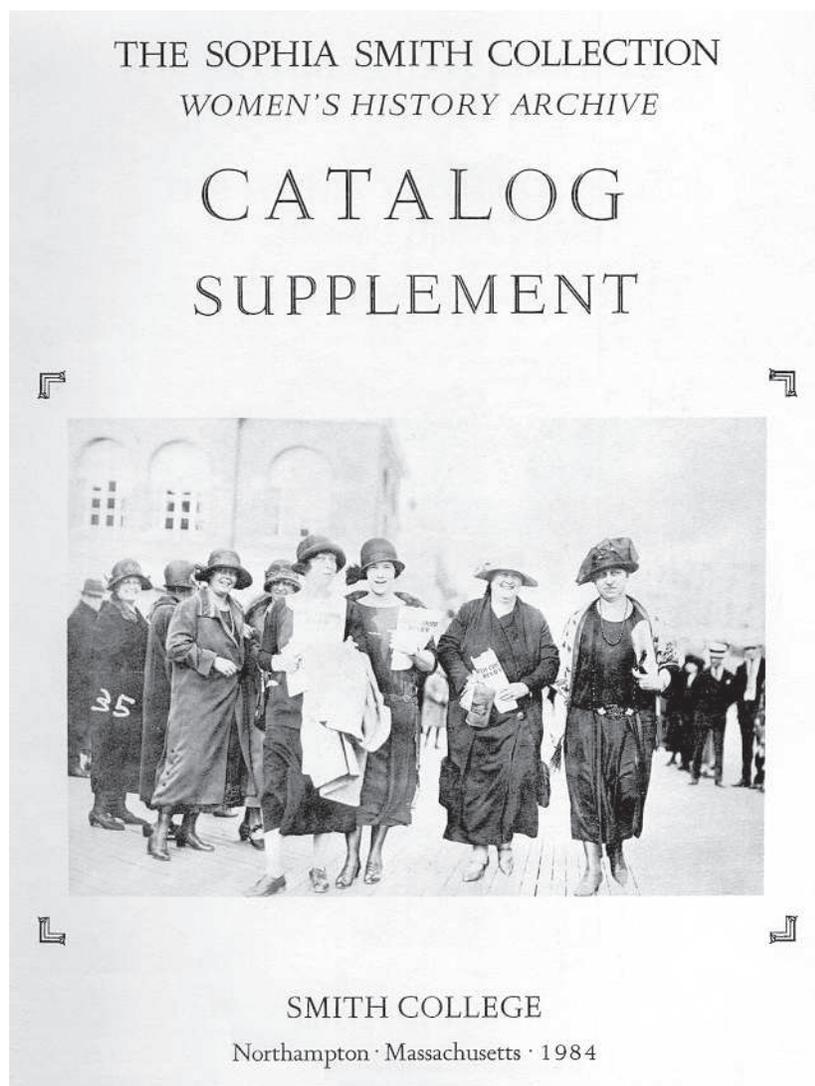
lutas por sindicalização espalhadas pelo país nos primeiros anos do século XX); e Frances Fox Piven (cientista política e ativista contemporânea, que participou especialmente da militância pelos direitos de bem-estar social).

2. Os registros organizacionais de instituições e organizações de mulheres constituem outro grande conjunto dos acervos na Coleção. Nessa categoria, os mais relevantes aos historiadores do trabalho incluiriam os registros do Planned Parenthood; da Confederação dos Sindicatos de Mulheres, uma organização, em sua maioria, de mulheres de classe média, criada nos primeiros anos do século XX para apoiar organizadores trabalhistas de mulheres da classe trabalhadora; da Associação Cristã de Moças (Young Women's Christian Association - YWCA), que concentrou muito de seus esforços, durante o mesmo período, no apoio a moças imigrantes, trabalhadoras em áreas urbanas em crescimento; do Tribunal Internacional de Mulheres; registros de casas institucionais; e os documentos do Congresso Nacional de Mulheres de Comunidades (National Congress of Neighborhood Women), uma organização fundada nos idos de 1970, que tem trabalhado em diversas cidades, a fim de fortalecer mulheres da classe trabalhadora e construir alianças por meio de linhagens raciais/étnicas.

3. A terceira maior área de concentração, relevante às preocupações dos historiadores do trabalho, é aquela conhecida como "coleções temáticas", que consiste em variados almanaques/diários impressos sobre educação, emprego, sufrágio e liberação das mulheres. Nesta última categoria, em particular, a Coleção possui um amplo (e continuamente crescente) corpo de materiais sobre organizações de movimentos locais (e nacionais) de mulheres, entre 1970 e 1980, nos Estados Unidos.

Como um todo, a Coleção concentra-se sobre mulheres: sobre história das mulheres e atividades das mulheres. Ela escolheu esse foco, em grande parte, para começar a corrigir a relativa falta de atenção sobre as contribuições de mulheres em muitas coleções de arquivos¹. Por razões

¹ Somando-se à Coleção Sophia Smith, a Biblioteca Schlesinger, no Radcliffe College, em Cambridge, Massachusetts, também possui uma ampla coleção de documentos sobre história das mulheres.



Capa do *Catalog Supplement* da Coleção Sophia Smith, depositada no Smith College, em Northampton, Massachusetts, publicado em 1984 (no AEL, folheto F/0081 da Biblioteca de Apoio). Banco de Imagens/AEL/UNICAMP.

que discutirei adiante, o Arquivo tem relativamente poucos documentos ou manuscritos de mulheres da classe trabalhadora ou de organizações de mulheres da classe trabalhadora. Mas, ele tem, de fato, acervos consideráveis provenientes de mulheres e de organizações de mulheres que trabalharam com mulheres da classe trabalhadora ou do movimento trabalhista ou em favor das mesmas. Ele tem sido amplamente utilizado por historiadores que se esforçam em realizar mais estudos sobre o movimento trabalhista e outros movimentos sociais que envolvem questões de gênero.

Em função de sua posição de faculdade para mulheres, o Smith College tem um interesse particular em conservar e colecionar informações sobre mulheres. E, certamente, possui um acesso singular a tais materiais, tanto por parte de suas graduadas, que têm sido ativas em muitas dessas organizações e atividades, como por outros participantes nas mesmas. Irei tratar da importância e significado dessas coleções mais adiante, ao relatar minha própria pesquisa, e oferecerei algumas idéias sobre o processo de fazer história social utilizando-se desses tipos de fontes.

O título deste painel - Arquivos e História Social - quase parece uma tautologia. Para gerações de historiadores, os dois termos têm sido praticamente sinônimos. Como se pode, afinal, fazer história social sem arquivos? Sem documentos que possam ser ligados para que se conte uma história? História é, sobretudo, narrativa. Ela reflete necessariamente os esforços de um (ou mais) historiador(es) em criar uma história coerente baseada em uma quantidade de "dados", ou, mais precisamente, em definir aquilo que será tratado como dado e então os explorar e os entrelaçar para criar uma narrativa.

Os últimos anos têm colocado desafios importantes para a construção de "dados" - tanto para historiadores orais quanto para "cientistas sociais". Embora meus comentários aqui venham centrar-se mais sobre o primeiro caso (isto é, os desafios e possibilidades da história oral), quero também mencionar os avanços significativos que foram feitos (seguramente no contexto dos Estados Unidos, pelo menos) mediante o uso de dados estatísticos. Existe, por exemplo, nos Estados Unidos, uma organização chamada Associação de História das Ciências Sociais (The Social Science History Association), formada há 20 ou 25 anos, que

começou como um esforço de economistas, sociólogos e historiadores com mesma inclinação quantitativa de validar o uso de dados demográficos/censitários no estudo da história. Atualmente, em alguns departamentos de história, a pesquisa pode tanto requerer computadores e bases sofisticadas de dados estatísticos, quanto ser encaminhada aos mais tradicionais arquivos. Estes, também, tornaram-se recursos importantes do ponto de vista crítico para o preenchimento de valiosas peças dos quebra-cabeças históricos. Os registros do IBOPE disponíveis no Arquivo Edgard Leuenroth oferecem possibilidades semelhantes no contexto brasileiro. Acredito, entretanto, que todos nós concordamos virtualmente que, por mais que os dados quantitativos possam contribuir para narrar histórias, as espécies documentais a serem encontradas nos arquivos são de valor incalculável para o processo de reconstrução histórica.

Minha própria pesquisa sobre "*Mujeres libres*" e sobre o movimento anarco-sindicalista espanhol muito ganhou desses meios: notavelmente, o Instituto Internacional de História Social, em Amsterdã; Archivo Historico Nacional, Secci Guerra Civil, em Salamanca, Espanha; e também hemerotecas em Barcelona, Madri e Lérida, que preservaram registros e impressos locais; bem como bibliotecas em Paris, Nova York e outras partes que reuniram documentos primários e materiais impressos.

Embora tais recursos tenham sido - e certamente continuarão a ser - de valor incalculável para historiadores sociais, eles são limitados em aspectos consideráveis. Permitam-me apontar brevemente tanto suas contribuições potenciais quanto suas limitações.

1. Relatos impressos ou jornalísticos. Como deve ter percebido qualquer pessoa que, depois de ter participado de eventos, leu sobre eles em jornais, a realidade vivenciada é em geral bastante diferente de seu relato². Historiadores e outros estudiosos buscam "corrigir" tais problemas

² Essa perspectiva foi ilustrada enfaticamente durante a conferência na qual este texto foi apresentado. Após Edward MacRae apresentar seu trabalho *Movimentos sociais e os direitos da cidadania dos homossexuais*, que se referiu a eventos, manifestações, etc., dos quais muitos dos que assistiam à conferência haviam participado, ocorreu uma fascinante discussão com os participantes apresentando diferenças entre suas percepções sobre os eventos e os relatados pelo autor.

Martha Ackelsberg

de interpretação lendo tantos relatos impressos quanto possível e também os comparando com memórias, com documentos organizacionais e materiais semelhantes. Esta "montagem" constitui um dos grandes prazeres da pesquisa histórica. Ela, porém, é necessariamente limitada pelas fontes disponíveis e por aquilo que essas fontes consideraram relevante e/ou importante. É para essa questão de relevância que dirijo a próxima parte de meus comentários.

2. Apesar da riqueza dos arquivos de história social - especialmente de história do trabalho -, existem limites significativos em seus acervos sobre o ativismo da classe trabalhadora, ou, mais exatamente, sobre o que é definido, registrado e conservado como relativo ao ativismo. Em especial, esse é caso das informações que os arquivos possuem sobre a participação das mulheres.

ATIVISMO DA CLASSE TRABALHADORA

Na maior parte do mundo, os níveis de analfabetismo foram bastante altos entre trabalhadores, até bem recentemente (e, em muitas áreas, assim permanecem até os dias de hoje). Na Espanha, por exemplo, em um período recente como os anos 30, as taxas de analfabetismo variaram de elevados 50% dos homens (e mais de 60% das mulheres), nas províncias ao sul, a reduzidos 25-39% de mulheres e 20-25% dos homens, nas províncias Bascas³. Entre as classes trabalhadoras, certamente, o alcance do analfabetismo era muito maior.

Portanto, os documentos que possuímos - mesmo os de organizações da classe trabalhadora - foram, com certeza, escritos por alfabetizados (geralmente líderes/organizadores) e não necessariamente por "pessoas comuns". Menos provável ainda que eles tenham sido produzidos (ou preservados) por aqueles não-organizados ou que

³ Ver meu trabalho: ACKELSBERG, Martha. *Free women of Spain: anarchism and the struggle for the emancipation of women*. Bloomington, Indiana University, 1991, p. 58.

permaneceram às margens das organizações dos movimentos. Os membros e, especificamente, aqueles que exercem posições de liderança em organizações da classe trabalhadora tendem, no mínimo, a suspeitar daqueles que não são membros e que vivem suas vias fora de tais estruturas organizacionais ou, no máximo, a não acreditar neles. As próprias "pessoas comuns" (para não dizer os não-organizados) raramente consideram suas próprias ações suficientemente importantes para escrever sobre elas, mesmo que saibam como o fazer. Quando tentava entrevistar aqueles que haviam participado em cooperativas de inspiração anarquista na Espanha, durante a Guerra Civil, repetidamente eles se dirigiam a mim com o comentário: "Eu não era ninguém especial" ou "Por que você iria entrevistá-lo/la?". Certamente, tais reações eram inspiradas, em parte, por receio (a queda de Franco ofereceu pouca garantia, para aqueles que sofreram durante 40 anos de repressão, de que as "denúncias" e prisões haviam terminado), mas muitos pareceram realmente se divertir com a idéia de que alguém se interessasse pelas atividades de pessoas "comuns".

Como resultado, no melhor dos casos, obtemos uma noção enviesada da natureza dos movimentos sociais, de quem participa deles, de quem não participa e por quê. É preciso muita sofisticação e saltos de imaginação para narrar as histórias daqueles que não deixaram seus próprios registros. Daí o poder de esforços como os de E. P. Thompson, E. J. Hobsbawm, George Rudé, Herbert Gutman e vários outros que muito contribuíram para o desenvolvimento dos campos da história social ou do trabalho. Certamente, essa leitura das entrelinhas para a descoberta das histórias "não contadas" sempre foi grande parte do trabalho de historiadores. Mas é particularmente difícil narrar as histórias (ainda que por meio de leituras subversivas) daqueles cujas histórias não foram percebidas (nem por eles próprios e muito menos por outros) como dignas de serem narradas!

O ATIVISMO DAS MULHERES

Essas questões se misturam mais ainda no caso das mulheres (embora, certamente, tal categoria não seja exclusiva desse caso). No

Martha Ackelsberg

interior das organizações da classe trabalhadora, em muitos países, as mulheres foram geralmente as mais ignoradas e as últimas a se organizarem⁴. Isso foi verdade tanto com relação à Confederação Nacional do Trabalho quanto à União Geral dos Trabalhadores na Espanha, apesar do compromisso de ambas - a CNT já em 1872 - com a igualdade das mulheres.

Na Espanha, por exemplo, as condições de trabalho para trabalhadores industriais na virada do século eram extremamente pobres, em especial para as mulheres com ocupações têxteis. Eram muitas as horas de trabalho e os salários eram, geralmente, apenas metade do que os trabalhadores homens recebiam por trabalho equivalente. Entretanto, apesar do número crescente de mulheres trabalhadoras (80-90% da força de trabalho têxtil em muitas comunidades catalãs), nem os anarquistas nem os socialistas foram firmes em tratar de seus interesses, em as sindicalizar ou em apoiar a igualdade para as mulheres no interior dos sindicatos. Mesmo quando trabalhadoras tiveram êxito em organizar suas irmãs, os sindicatos tenderam a ser dirigidos e representados por homens, que eram uma pequena minoria dos trabalhadores nessas áreas⁵.

Na famosa greve em La Constancia, em 1913, por exemplo, as trabalhadoras insistiram em levar adiante a greve, mesmo quando os trabalhadores homens já estavam dispostos a concluí-la. Em um padrão típico da Espanha - mas também encontrado em vários outros lugares - elas levaram a greve para fora da fábrica e para dentro da comunidade. Os membros da CNT perceberam mais tarde a importância da militância

⁴ Sobre os Estados Unidos, por exemplo, ver: KESSLER-HARRIS, Alice. Organizing the unorganizable: women workers and their unions, in *Labor History* 17, 1, winter 1976, pp. 5-23.

⁵ Sally Alexander percebeu um fenômeno semelhante na história da classe trabalhadora inglesa: em geral, a comunidade agia, mas os homens eram seus porta-vozes. Ver: ALEXANDER, Sally. Women, class and sexual differences in the 1830's and 1840's: some reflections on the writing of a feminist history, in *History Workshop Journal* 17, 1984, pp. 125-149.

das mulheres para o sucesso da greve; porém, isso pouco transformou o comportamento dos organizadores dos sindicatos nos anos subseqüentes⁶. Quando não foram ignoradas, as trabalhadoras foram, em geral, percebidas - e tratadas - como fura-greves ou concorrentes, uma perspectiva que tanto marginaliza suas contribuições ao movimento, quanto falha em perceber as implicações das práticas discriminatórias do próprio movimento sobre o lugar das mulheres (e sobre o sucesso de todo o sindicato). Portanto, os documentos/registros dos sindicatos devem ser lidos - e usados - com todas essas advertências em mente⁷.

Além disso, como mais e mais historiadores têm apontado, as mulheres tenderam a ser ativas no nível da comunidade ou da vizinhança tanto quanto, se não mais naquele nível, nos sindicatos - embora geralmente apoiassem as organizações da classe trabalhadora. Assim, para obter a história completa, mesmo das greves no local de trabalho, o historiador deve, com freqüência, olhar consideravelmente para além delas, para vias que os documentos sindicais necessariamente não revelam⁸.

⁶ Para maiores detalhes, ver *Free women of Spain*, pp. 53-4. Ver também: BALCELLS, Albert. La mujer obrera en la industria catalana durante el primer cuarto del siglo XX, in *Trabajo industrial organizacion obrera en la Catalunia contemporanea, 1900-1936*. Barcelona, Laia, 1974, pp. 7-121; CAPEL MARTINEZ, Rosa Maria. *El trabajo y la educación de la mujer en España (1900-1939)*. Madrid, Ministerio de Cultura, Dirección General de Juventud y Promoción Socio-Cultural, s.d., pp. 234-235. Sobre um contexto semelhante nos Estados Unidos, ver: CAMERON, Ardis: Bread and roses revisited: women's culture and working-class activism in the Lawrence strike of 1912, in MILKMAN, Ruth (ed.). *Women, work and protest: a century of U.S. women' labor history*. Boston, Routledge and Kegan Paul, 1985, pp. 42-61.

⁷ Veja, por exemplo, HALL, Jacquelyn Dowd. Disorderly women: gender and labor militancy in the Appalachian South, in *Journal of American History* 73, 2 (1986): 854-82.

⁸ KAPLAN, Temma. Female consciousness and collective action: the case of Barcelona, in *Signs* 7, 3, spring 1982, pp. 545-566; ALEXANDER. Women, class and sexual differences; CAMERON. Bread and roses revisited; HEWITT, Nancy. The voice of virile labor: labor: militancy, community solidarity and gender identity pp. 142-167; among Tampa's latin workers, 1880-1921, in BARON, Ava (ed.). *Work engendered: toward a new history of American labor*. Ithaca, Cornell University Press, 1991, LAWSON, Ronald, BARTON, Stephen. Sex roles in

Martha Ackelsberg

Em outras palavras, uma vez que as organizações têm sido, na sua maioria, dominadas por homens, e que tais organizações têm "alimentado" os arquivos, a maioria das coleções de arquivos lida muito mais diretamente com atividade organizacional (e, portanto, amplamente masculina) do que com atividade extra-organizacional (em geral, amplamente feminina). Assim, aqueles que desejam perceber o retrato completo devem "ler nas entrelinhas"; devem utilizar-se de registros impressos, memórias e o que mais possa estar disponível além das fontes "documentais" mais tradicionais. Esse é um processo que foi veementemente compreendido por historiadoras feministas, por volta dos últimos 15 anos⁹. Nossas próprias definições de "luta" - bem como nossas definições de classe - têm sido orientadas pelo gênero.

Uma história social mais completa deve reconhecer as diferenças de gênero nas fontes assim como nas nossas definições do que merece ser estudado, a fim de apresentar a complexidade total desses eventos e atividades. Ela deve combinar fontes tradicionais - por exemplo, os

social movements, in *Signs* 6, 2, 1980, pp. 230-247; HYMAN, Paula. Immigrant women and consumer protest: the New York City kosher meat boycott of 1902, in *American Jewish History* 70, summer 1980, pp. 91-105. Sobre propostas mais contemporâneas ver BOOKMAN, Ann e MORGEN, Sandra (ed.). *Women and politics of empowerment*. Philadelphia: Temple University Press, 1988.

⁹Ver, por exemplo: NASH, Mary. *Mujer, familia y trabajo en España, 1875-1936*. Barcelona, Anthropos, Editorial del Hombre, 1983; CAPEL MARTINEZ. El trabajo y la educación de la mujer en España; KAPLAN, Temma. Female consciousness and collective action; KAPLAN, Tema. Class consciousness and community in Nineteenth Century Andalusia, in *Political Power and Social Theory* 2, 1981, pp. 21-57, sobre Espanha; ALEXANDER. Women, class and sexual differences; TAYLOR, Barbara. *Eve and the New Jerusalem*. New York, Pantheon, 1983, sobre Inglaterra; CAMERON. Bread and roses revisited; HEWITT. The voice of virile labour; HALL, Jacquelyn Dowd. Disorderly women: gender and labor militancy in the Appalchian South, in *Journal of American History* 73, 2, 1986, pp. 354-382; HEWITT, Nancy, LEBSOCK, Suzanne (ed.). *Visible women: new essays on American activism*. Urbana, University of Illinois Press, 1993, sobre os Estados Unidos.

registros e documentos das organizações da classe trabalhadora - com outras. Daí a importância do acervo da Coleção Sophia Smith sobre casas institucionais, sobre a Associação Cristã de Moças ou sobre o Hospital de Mulheres da Nova Inglaterra. Nenhuma dessas organizações foi uma organização da classe trabalhadora, embora cada uma delas tenha servido a membros/ativistas da classe trabalhadora de alguma forma. Um retrato amplo da classe trabalhadora nos Estados Unidos, nesse período, estaria incompleto sem que se desse atenção a esse tipos de fontes.

Na minha própria pesquisa sobre coletivizações anarquistas durante a revolução social, que ocorreu durante a Guerra Civil Espanhola, foi virtualmente impossível encontrar grandes quantidades de material documental sobre relações de gênero em cooperativas. As mulheres raramente eram reconhecidas por nome em minutas ou outros documentos das cooperativas. Nas cooperativas rurais, por exemplo, eram os homens os reconhecidos e registrados em minutas de debates. Alguns desses debates, entretanto, centravam-se amplamente sobre até que ponto as mulheres estavam ou não cumprindo seus deveres previstos. As relações de gênero no interior das cooperativas tiveram de ser extrapoladas com base em referências bastante limitadas. As minutas e os registros das cooperativas industriais também registraram quase exclusivamente vozes masculinas. Isso ocorreu porque as mulheres não se importavam, porque sua participação era ignorada ou rebaixada ou simplesmente porque elas não participavam? Não podemos saber, apesar da história oral poder fornecer algumas pistas.

Nas ocupações têxteis, por exemplo, vários de meus informantes homens descreveram sua frustração diante das reações das mulheres frente à "industrialização" do trabalho realizado em suas casas. Eles acreditavam que as mulheres seriam aliviadas quando os comitês de controle dos trabalhadores das fábricas recém-coletivizadas substituíssem as longas e imprevisíveis horas de trabalho domiciliar por horas regulares nas fábricas. De fato, as mulheres visivelmente fizeram objeção e - na percepção dos homens - não trabalharam de forma eficiente em suas novas colocações. Apenas as entrevistas com mulheres tornaram claro que a mudança fez com que elas sentissem que tinham menos controle sobre suas vidas e sobre as condições de trabalho - pois não podiam levar seus filhos para a

Martha Ackelsberg

fábrica, enquanto o antigo sistema de trabalho domiciliar lhes permitia que trabalhassem e cuidassem dos filhos ao mesmo tempo!

Podemos, sem dúvida, baseando-nos em tudo isso, chegar a alguma compreensão sobre o *status* das mulheres; mas uma compreensão muito pequena da autopercepção das mulheres, de suas avaliações sobre suas próprias experiências. Há ainda dados disponíveis sobre diferenças de salário e remuneração, divisões de tarefa por sexo, etc. Novamente, entretanto, é extremamente difícil, com base em tais dados, determinar como as mulheres experimentaram tais relações. É quase impossível, com base neles, desenvolver alguma compreensão de como atividades organizacionais e extra-organizacionais (tanto da parte de homens como de mulheres) ajustavam-se para formar o todo que eram as vidas das pessoas. Mais ainda, é esse o caso das mulheres que não estavam organizadas: apenas as enxergamos (se de fato conseguimos fazê-lo) nas reclamações sobre a sua não-participação.

HISTÓRIA ORAL E HISTÓRIA SOCIAL

À medida que as feministas e outros repetidamente levantavam tais questões, a escrita da história social e da história do trabalho (mais lentamente, talvez) têm gradualmente se transformado. Temos encontrado, pelo menos em alguns estudos, mais atenção voltada à interação entre o local de trabalho e a comunidade e esforços para explorar aquele contexto mais amplo. Há importantes lições aqui para os arquivistas: para que se reflita inteiramente as experiências de um movimento, é necessário que se olhe - e, portanto, que se coleione - consideravelmente para além dos documentos e registros tradicionais do "movimento trabalhista". Parte disso pode ser realizado pelo uso de relatos impressos e, mais, como sugeri, de registros de outros tipos de organizações e atividades para suplementar os dos sindicatos e partidos trabalhistas.

Mas esse é também um lugar em que a história oral pode fornecer - quando possível - um suplemento interessante e importante. Certamente, a história oral não é menos parcial do que as fontes de arquivos. As perspectivas de uma ou de 50 pessoas, fora de um movimento de milhões, dificilmente são "representativas".

A história, entretanto, é feita de múltiplas combinações de tais experiências "particulares". E é por isso que os historiadores também se voltaram a memórias, diários, jornais e similares - apesar de suas limitações. A história oral pode ser vista como diários e memórias daqueles que não escreveram ou que não escrevem. Sem dúvida, os estudiosos precisam ser cuidadosos com o seu uso (como com qualquer outra fonte), mas ela pode ser uma fonte extremamente valiosa. De um lado, é certo que a história oral pode fornecer importantes pistas sobre a atmosfera de um tempo. Como comentou uma de minhas informantes enquanto dirigia seu carro, levando-me para ver sua irmã (que também havia sido uma ativista do movimento anarquista espanhol), "*de cobardes no se hace la historia*". Um comentário informal como esse (expressando sua reação ao dirigir na contra-mão, em uma rua de mão única) oferece uma janela para sua inclinação mental, que seria difícil de entender, se não impossível, com base em outras fontes, mais tradicionais. Igualmente, Cristina Piera, uma mulher da classe trabalhadora que participou das manifestações de rua contra a guerra, na cidade de Barcelona nos primeiros anos deste século, relatou que as ruas estavam ocupadas por mulheres, "*hasta las señoras con sombreros*", fornecendo uma chave importante para a mistura de classes dos participantes. Da mesma forma, a linguagem e as frases utilizadas pelas mulheres que participaram das atividades anarquistas em Barcelona, durante as primeiras semanas e meses da revolução social, revelam grande parte do impacto que aquelas mudanças tiveram sobre a vida cotidiana de mulheres militantes. Além disso, auxiliam a montar o quadro do modo como tais eventos afetaram mulheres e homens não-ativistas tanto quanto homens ativistas, cujas lembranças e documentos constituem material típico que é recolhido pelas coleções dos arquivos.

Em outro nível, a história oral pode fornecer pistas críticas sobre o impacto da história sobre o presente, e vice-versa. Sem dúvida, a história oral fornece-nos memórias e histórias de eventos passados filtrados pelo presente e por experiências situadas entre passado e presente. Trata-se, por sua própria natureza, de um processo interativo - não simplesmente entre o historiador e o informante, mas entre o sujeito e o passado dele/dela. Mas, com base nisso, podemos aprender muito sobre os processos históricos, sobre a natureza da mudança e sobre as complexidades das

Martha Ackelsberg

transições sociais. De fato, meus esforços iniciais por entrevistar aqueles que haviam participado das cooperativas e por tentar entender seus medos e resistências ensinaram tanto, se não mais, sobre as conseqüências da repressão quanto sobre o período revolucionário que originalmente comecei a estudar¹⁰. Além disso, a história oral certamente permite ao pesquisador um tipo de ligação com "sujeitos" que pode ser bastante forte. Acredito que a maioria dos historiadores, tanto de períodos mais recentes quanto de mais distantes, procura estabelecer esse tipo de relação com seus sujeitos. A maioria, sem dúvida, está limitada a fazer isso por meio de documentos. Minhas próprias experiências, porém, sugerem que tais esforços, embora carregados de complicações, podem também ser extremamente frutíferos e compensadores.

Nada disso, certamente, nega a importância das fontes e coleções de arquivos. Eles são - e permanecerão - de valor inestimável, as fontes primárias para a maior parte da pesquisa histórica. Em todo caso, porém, gostaria de dizer que isso deve ser um incentivo para a expansão de nossas leituras sobre essas fontes e um incentivo para o reconhecimento das mesmas no contexto mais amplo possível. Uma vez que vivemos em um mundo em que as atividades de alguns têm mais valor que a de outros, os registros de praticamente todas e quaisquer atividades serão necessariamente enviesados e parciais. Não podemos nos prevenir ou nos proteger contra tal fato. Mas tomar consciência disso pode, ao menos, alertar-nos sobre os limites de nossas fontes e nos tornar aptos a reconhecer a importância (e os limites) dos parâmetros nos quais desenvolvemos o conhecimento, tanto de tempos passados quanto do presente.

¹⁰ Ver meus trabalhos: ACKELSBURG, Martha. *Mujeres libres: the preservation of memory under the politics of repression in Spain*, in *International yearbook of oral history and life stories*, v. I: Memory and totalitarianism. Oxford, Oxford University Press, 1992, pp. 125-43 (capítulo 8); ACKELSBURG, Martha. *Revolution and Community: mobilization, depoliticization and perceptions of change in Civil War Spain*, in BOURQUE, Susan C., DIVINE, Donna Robinson (ed.). *Women living change*. Philadelphia, Temple University Press, 1985, pp. 85-115.